

68 problemas. Sr. Canhada disse que a comissão da reforma administrativa esta estudando
69 formar para solucionar o déficit. Sr. Canhada disse que embora todas as medidas tomadas
70 não serão suficientes para sanar o problema. Sr. Canhada disse que até as viagens dos
71 secretários estão sendo cortadas. O secretário disse que muitas escolas, postos de saúde,
72 malha viária estão com demandas reprimidas. Sr. Canhada disse que pede o apoio do
73 Conselho no sentido de aprovar a alteração da Lei nº 11348/2011. Disse ainda que o
74 período de suspensão é de 12 meses. Sr. Secretário disse que a prioridade número um é o
75 salário dos servidores e a reposição salarial e a número dois são os fornecedores com
76 contratos vigentes. Sr. Canhada esclarece que a reposição salarial será a partir do
77 momento em que houver números suficientes para garantir os pagamentos dos servidores.
78 Sr. Canhada diz que a aprovação do projeto neste momento simboliza um esforço
79 conjunto para ajudar a cidade. Karen questiona caso o conselho não aprove como seria. O
80 secretário informa que será enviado à Câmara Municipal da mesma forma. Disse ainda
81 que a proposta é de 12 meses. Karen esclarece que se não houver o repasse dos 4% o
82 Plano de Saúde não resiste. Sr. Canhada esclarece que entende que o Plano de Saúde
83 depende deste repasse. Sr. Canhada se compromete em manter a anistia somente pelo
84 período proposto na alteração da Lei. Disse ainda que se houver novas propostas serão
85 analisadas. Porém no atual cenário da prefeitura deverá encaminhar o projeto da forma
86 como está. Sr. Canhada agradeceu e retirou-se. Karen coloca que tem receio de aceitar a
87 alteração da Lei e no próximo ano não voltar o repasse e a Caapsml não subsistir sem o
88 referido repasse. Marcello diz que o Plano de Saúde irá subsidiar o Acidente de Trabalho
89 durante todo o ano. Gilberto diz que se o subsídio cessar definitivamente o Plano de Saúde
90 deverá acabar. A Conselheira Ana Paula coloca que na apresentação do atuário o reajuste
91 deveria ter sido maior do que o aprovado pelo Conselho, a fim de manter o equilíbrio
92 atuarial do Plano de Saúde e que não entende este novo cálculo visto que a isenção por 12
93 meses, segundo fala da superintendência e dos Secretários não afetará o equilíbrio
94 financeiro do Plano de Saúde. Luiz Evaldo disse que para o cálculo é utilizado apenas os
95 valores anuais, não sendo considerado os valores apontados. Ana Paula considerou que a
96 Superintendência e a assessoria deveria encaminhar ao conselho a minuta da proposta de
97 alteração da Lei com parecer e considerações. Os conselheiros colocaram em votação a
98 aprovação a suspensão das contribuições previstas no artigo 126 da Lei Municipal nº
99 11348/2011, com votos favoráveis dos conselheiros Marcello, Luiz Evaldo, Marcos
100 Urbaneja e Karen. Votos contrários de Ana Paula e Gilberto. Assim sendo foi aprovado o
101 corte do subsídio pelo período proposto na Minuta ou seja de janeiro a dezembro de 2017.
102 A próxima reunião ordinária foi agendada para o dia 24 de fevereiro de 2017 às oito horas